

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° 866, de 2015

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a estrutura de cargos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL e outras informações.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL:

1. Qual a estrutura de cargos da EPL?
2. Qual é o custo mensal da folha de pagamento da EPL, com e sem encargos? Encaminhar planilha com o valor dos salários pagos aos empregados, por cargo.
3. Dos cargos existentes, quantos são ocupados por servidores públicos cedidos e quantos são cargos em comissão ocupados por pessoas sem vínculo com a Administração?
4. Quais os critérios adotados para escolha das pessoas que ocupam os cargos em comissão e não possuem vínculo com a Administração?

JUSTIFICATIVA

O Valor Econômico de 09/06/2015 veiculou matéria intitulada “*Protagonista no primeiro pacote de concessões, EPL vive ostracismo*” na qual afirma que a estatal está limitada a 28% do orçamento previsto para este ano (R\$ 83,2 milhões dos R\$ 288 milhões fixados para 2015). O jornal especula, ainda, que a empresa sequer é peça central do pacote de concessões que o governo anunciou recentemente.

A empresa emprega 168 pessoas e ocupa dois andares em um edifício no centro de Brasília.

Apesar disso, ainda de acordo com o Valor, a reacomodação da estatal já foi considerada, e até mesmo a descontinuidade das operações.

É inadmissível que uma empresa que se encontra no ostracismo pela descontinuidade que tem marcado o governo Dilma, com constantes mudanças no modelo de logística de transporte e nos postos de comando de órgãos e empresas estatais, cuja finalidade exclusiva é acomodar aliados políticos e agradar sua base aliada, onere o Erário com vultosos gastos com pessoal e aluguéis de suas acomodações.

Portanto, diante da necessidade de que este Senado exerça plenamente seu poder fiscalizatório, é que se faz necessário o encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro dos Transportes.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2015.

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
LÍDER DO PSDB

(À Mesa para decisão.)